

O JULGAMENTO E O ENGAJAMENTO COMO RECURSOS DE CONSTRUÇÃO DE OPINIÃO: ANÁLISE DE UM EDITORIAL DO JORNAL ESTADÃO

THE JUDGEMENT AND THE ENGAGEMENT AS RESOURCES OF THE CONSTRUCTION OF OPINION: ANALYSIS OF AN EDITORIAL FROM ESTADÃO NEWSPAPER

DOI 10.20873/uft2179-3948.2022v13n1p299-316

Karina dos Reis Costantin¹
Maria Cecília Castro da Silva²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a construção avaliativa de julgamento do presidente da república, em relação aos conceitos de Sanção e Estima social, e discutir a Heteroglossia e a Monoglossia presentes em um editorial, publicado no jornal Estadão. Para isso, adotamos como aparato teórico-metodológico o Sistema de Avaliatividade e seus subsistemas: Julgamento e Engajamento (MARTIN; WHITE, 2005). Os resultados indicam a predominância de julgamentos de Estima social, a partir dos quais o editorial avalia a capacidade negativa do presidente acerca de questões econômicas. Além disso, o recurso de Heteroglossia se mostrou presente contribuindo para uma relação autor-leitor de concordância.

Palavras-chave: Sistema de avaliatividade; Discurso Político; Julgamento; Engajamento.

Abstract: This work aims to analyze the evaluative construction of judgement of the president of the republic, in relation to the concepts of Social Esteem and Sanction, and to discuss the Heteroglossia and the Monoglossia present in an editorial, published on Estadão newspaper. For that, we adopt as theoretical-methodological approach the Appraisal system and its Judgement and Engagement subsystems (MARTIN; WHITE, 2005). The results indicate the predominance of judgements of social esteem, from which the editorial assesses the president's negative capacity on economic issues. Furthermore, the Heteroglossia resource is present contributing to an author-reader relationship of agreement.

Keywords: Appraisal System; Political Speech; Judgement; Engagement.

Introdução

¹ Doutoranda do Programa em Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: karinadosreiscostantin@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-8498-5932>

² Mestranda do Programa em Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: mcecicaastro49@gmail.com / <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-3656-269X>

A escrita jornalística midiática se mostra como um espaço de negociação entre quem escreve e quem lê, por meio do qual o autor busca estabelecer relações de solidariedade com seu leitor (PIRES; DOMANSKI, 2021), despertando diferentes posições de leitura, isto é, de concordância (complacente), que reforça os sentidos naturalizados (MARTIN; WHITE, 2005), ou de resistência, contrária à leitura naturalizada (MARTIN; WHITE, 2005).

Neste artigo, buscamos entender como essa relação entre autor e leitor é estabelecida, por meio do posicionamento avaliativo assumido por um jornal brasileiro de grande circulação em um editorial. Para tanto, este artigo tem por objetivo analisar a construção avaliativa de julgamento do presidente da república Jair Bolsonaro, em termos de Sanção e Estima Social (MARTIN; WHITE, 2005), e discutir a Heteroglossia e a Monoglossia (MARTIN; WHITE, 2005) presentes no editorial “Brincando com a Constituição”, publicado, no modo *online*, no jornal O Estadão de São Paulo (doravante, Estadão), em 22 de janeiro de 2022. Como aparato teórico-metodológico dispomos da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF) (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), mais especificamente, do Sistema de Avaliatividade proposto por Martin e White (2005), enfocando os Subsistemas de Julgamento e Engajamento.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na Seção 1, apresentamos os principais pressupostos teóricos da LSF, priorizando o Sistema de Avaliatividade e os Subsistemas de Julgamento, com foco nos conceitos de Sanção e Estima Social, e Engajamento, dando ênfase a Heteroglossia e a Monoglossia; na Seção 2, discutimos os procedimentos metodológicos adotados para a análise; na Seção 3, apontamos os principais resultados da investigação e, por fim, na Seção 4, apresentamos as considerações finais da investigação.

1 Pressupostos teóricos

Nesta seção, apresentamos os referenciais teóricos relevantes para a investigação relatada neste artigo. Na Subseção 1.1, apresentamos, de forma breve, a LSF e o Sistema de Avaliatividade. Na Subseção seguinte (1.2), nos debruçamos sobre o Subsistema de Julgamento e os conceitos de Estima social e Sanção Social. E, por fim, na Subseção 1.3. nos concentramos no Subsistema de Engajamento e nos recursos de Heteroglossia e Monoglossia

1.1 LSF e o Sistema de Avaliatividade

Para a LSF, a linguagem é vista como um fenômeno sociosemiótico, por meio da qual o ser humano constrói experiências, age e interage no mundo. Em outras palavras, pode ser

“[...] caracterizada como uma teoria social porque parte da sociedade e da situação de uso para o estudo da linguagem; seu foco está em entender como se dá a comunicação entre os homens, a relação entre indivíduos e desses com a comunidade. Caracteriza-se também como uma teoria semiótica porque se preocupa com a linguagem em todas as suas manifestações. Procura desvendar como, onde, por que e para que o homem usa a língua, bem como a linguagem em geral, e como a sociedade o faz (BÁRBARA; MACÊDO, 2009, p. 90).

Sendo assim, qualquer uso da linguagem que se constitua como texto, seja oral ou escrito, está sempre envolvido por um contexto de cultura e situação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). O contexto de cultura abrange os significados pertencentes a uma cultura específica, em que seus membros utilizam convenções linguísticas para determinadas finalidades. Nessa perspectiva, a cultura é interpretada como um sistema de alto nível de significado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Já o contexto de situação constitui-se do entorno mais imediato em que o texto se insere (FUZER; CABRAL, 2014) e pode ser analisado a partir de três variáveis: campo, relações e modo. O campo refere-se ao que está acontecendo na situação; as relações dizem respeito aos participantes da situação, bem como seus papéis nela realizados; e o modo representa qual o papel a linguagem e outros sistemas semióticos estão desempenhando.

As variáveis campo, relações e modo estão relacionadas respectivamente às três metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. A metafunção ideacional é responsável pela representação da experiência humana (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Por meio dessa metafunção é possível analisar a construção da experiência em termos de ação, participantes envolvidos, lugar, tempo e razão (MARTIN; WHITE, 2005).

Na metafunção interpessoal, a linguagem é analisada como interação e, portanto, considera as relações sociais e as pessoas envolvidas, incluindo os sentimentos que elas tentam compartilhar (MARTIN; WHITE, 2005). Já a partir da metafunção textual é possível identificar o fluxo do discurso, ou seja, como os significados ideacionais e interpessoais estão distribuídos semioticamente, incluindo interconexões entre linguagem e diferentes modalidades (MARTIN; WHITE, 2005).

Martin e White (2005) propõem o Sistema da Avaliatividade com base nos significados interpessoais da linguagem “que abordam aspectos subjetivos dos escritores ou falantes, à medida que se posicionam com quem se comunicam” (PIRES; DOMANSKI, 2021, p. 73) e/ou avaliam um texto, uma pessoa, um objeto, uma entidade, entre vários outros.

Nesse sentido, a Avaliatividade enfoca as avaliações que os gêneros utilizam para atingir seus objetivos e como eles executam essas avaliações de um estágio do gênero para

outro (MARTIN; WHITE, 2005), ou seja, busca-se entender como os gêneros negociam poder e solidariedade com sua audiência e como o desenrolar das avaliações contribuem para essa negociação (MARTIN; WHITE, 2005).

O Sistema da Avaliatividade é composto por três subsistemas: Atitude, Engajamento e Gradação. O Subsistema de Atitude abrange três campos semânticos: Afeto, Julgamento e Apreciação. O Afeto abarca os recursos linguísticos que constroem reações emocionais e sentimentos; o Julgamento inclui os recursos que avaliam o comportamento das pessoas de acordo com princípios normativos, e a Apreciação abrange os recursos que constroem valor.

O Subsistema de Engajamento, por sua vez, refere-se à fonte das avaliações e ao papel das vozes em torno das opiniões no discurso (MARTIN; WHITE, 2005). Por fim, o Subsistema de Gradação abrange dois campos semânticos, Força e Foco, e inclui os recursos da gradação dos sentimentos, ou seja, o quão amplificado ou não é um sentimento.

Este artigo tem como foco os Subsistemas de Julgamento, pertencente ao Subsistema de Atitude, e o de Engajamento. Desse modo, a seguir discorreremos sobre os conceitos que estão relacionados a esses dois subsistemas, os quais contribuíram para a análise do editorial.

1.2 Julgamento: Estima Social e Sanção Social

O Subsistema de Julgamento ocupa-se das atitudes em relação aos comportamentos das pessoas, que podemos admirar ou criticar, elogiar ou condenar (MARTIN; WHITE, 2005). O julgamento revela o modo como as pessoas fazem avaliações acerca de questões éticas, “determinadas pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldadas por uma cultura particular e uma situação ideológica” (ALMEIDA, 2010, p. 106). O julgamento pode ser de dois tipos, são eles: Estima social e Sanção Social. O tipo de julgamento está diretamente ligado à posição institucional de quem avalia, ou seja, o respaldo para avaliar positiva ou negativamente outrem vai depender da posição que o avaliador ocupa (MARTIN; WHITE, 2005).

A Estima social envolve regras morais sem implicações legais. Tende a estar na cultura oral por meio de bate-papos, fofocas, piadas e histórias de vários tipos. Pode ser de três tipos: Normalidade, Capacidade e Tenacidade. A Sanção Social, por outro lado, tende a ser codificada por escrito em regras, regulamentações, leis sobre como se comportar, com penalidades e punições legais contra aqueles que não cumprem o código. Pode ser de duas naturezas: Propriedade ou Veracidade.

Martin 2000 (p. 156) propôs algumas perguntas que podem ajudar na identificação do

tipo de julgamento, esquematizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas para identificar o tipo de julgamento.

Tipos de Julgamento		Perguntas
Estima social	Normalidade	O comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?
	Capacidade	O indivíduo é capaz?
	Tenacidade	O indivíduo é confiável, pode-se contar com ele/a?
Sanção social	Propriedade	O indivíduo é ético?
	Veracidade	O indivíduo é honesto?

Fonte: Adaptado de Martin (2000, p. 156).

Na próxima seção, apresentamos os conceitos do Subsistema de Engajamento.

1.3 Engajamento: Monoglossia e Heteroglossia

O Subsistema de Engajamento abrange os recursos linguísticos pelos quais falantes e escritores adotam uma postura em relação às posições de valor referenciadas no texto e àqueles a quem se dirigem. Ao organizar esse sistema, Martin e White (2005) retomam as noções de dialogismo e heteroglossia de Bakhtin (1997), que considera que toda comunicação verbal sempre revela a influência, refere-se a ou toma parte de algo dito ou escrito anteriormente e, simultaneamente, antecipa as respostas de ouvintes reais, potenciais ou imaginários.

A partir dos recursos do Subsistema de Engajamento, a voz autoral pode assumir posição Monoglóssica ou Heteroglóssica. Na primeira, não há referência a outras vozes e pontos de vista, por isso, não há o reconhecimento de posições alternativas. A segunda, ao contrário, permite alternativas dialógicas, pois reconhece e se envolve com outras vozes no discurso. Por meio da Heteroglossia, o produtor textual pode “manter a solidariedade com aqueles cujo ponto de vista ele discorda ao reconhecer o ponto de vista alternativo como válido, e ao se mostrar preparado para se engajar com aqueles que mantêm uma posição diferente” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 96).

Em posição Heteroglóssica, ao reconhecer vozes alternativas, o falante/escritor pode assumir posição contrária, em desacordo às vozes, contraindo o discurso, ou pode reconhecê-las como uma das diferentes possibilidades de posições que se pode assumir, expandindo-o. Dessa forma, a expansão dialógica abre espaço para o diálogo com outros textos, enquanto a contração dialógica restringe-o (MARTIN; WHITE, 2005).

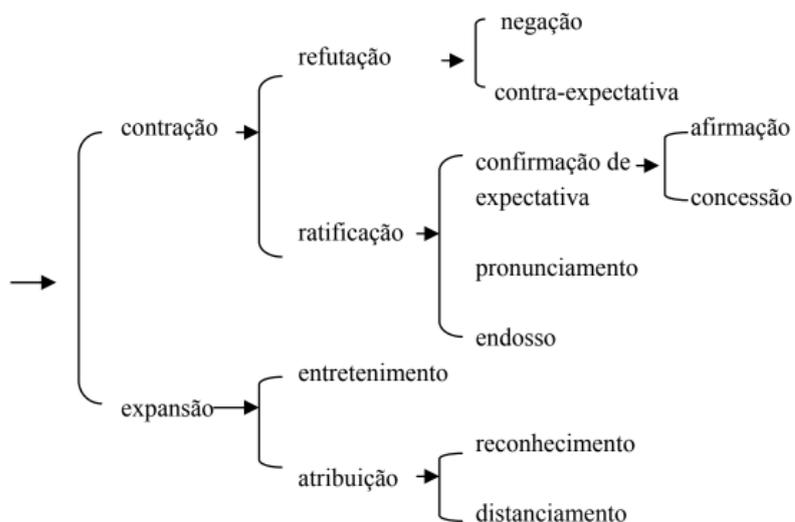
A Contração Dialógica pode ser realizada pelos recursos de Refutação e Ratificação. A partir da Refutação, a voz textual se posiciona como estando em desacordo com alguma posição contrária a partir de recursos de Negação e Contraexpectativa. Com a Ratificação, a voz textual apresenta uma posição como altamente justificável e descarta posições alternativas a ela, utilizando recursos de Confirmação de Expectativa, Pronunciamento e Endosso.

A Expansão Dialógica, por outro lado, pode ser realizada pelos recursos de Entretenimento e Atribuição. Por meio do Entretenimento, o autor apresenta uma proposição fundamentada em sua própria subjetividade, e, por isso, representa-a como uma de uma gama de posições possíveis. Com a Atribuição, o autor apresenta uma proposição fundamentada não em sua própria subjetividade, mas sim na subjetividade de uma voz externa, também reconhecendo essa proposição como uma de uma gama de posições possíveis. A Atribuição pode manifestar o Reconhecimento ou Distanciamento da voz autoral em relação à voz externa.

De acordo com Bárbara e Ninin (2013), o escritor/falante assume maior ou menor responsabilidade sobre o que expressa dependendo dos recursos que mobiliza. Na Monoglossia, ele não abre espaço para posições contrárias, por isso sua responsabilidade é máxima. Na Heteroglossia, por outro lado, com a expansão dialógica, há a “adesão a outras vozes” (BÁRBARA; NININ, 2013, p. 131), por isso sua responsabilidade é mínima.

A Figura 1 ilustra o Subsistema de Engajamento e seus recursos.

Figura 1 - O Subsistema de Engajamento



Fonte: Traduzido de Martin e White (2005, p. 134) por Vian Jr. (2010, p. 39).

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos que orientaram esta pesquisa.

2 Metodologia

O objetivo deste trabalho é apresentar como os recursos de julgamento (Sanção e Estima Social) e engajamento (Heteroglossia e Monoglossia) operam no editorial, *Brincando com a Constituição*, publicado pelo jornal o Estadão, em 22 de janeiro de 2022.

Optamos por investigar o gênero editorial, pois segundo Souza (2006, p. 64), o editorial é “um gênero específico usado pelos jornais e revistas para persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado”, ou seja, constitui-se como um gênero profícuo de análise em termos de Avaliatividade.

Quanto à escolha do jornal, escolhemos o Estadão por ser “um dos jornais mais antigos do Brasil o que confere a ele grande credibilidade entre a sua audiência” (NUNES, 2014, p. 61).

Destacamos que o perfil de leitor do Estadão é traçado por Fiorin (2004, p. 25-26) como

[...] um homem que pertence às elites do país, que conhece bem os fatos da política e da economia [...] É um consumidor da cultura erudita e das manifestações consideradas mais sofisticadas da cultura popular. Esse homem tem posições políticas bem definidas, é conversador em matéria de economia e política.

A análise do editorial foi dividida em duas etapas. Na primeira, buscamos identificar os recursos que o autor recorre para construir as avaliações inscritas ou evocadas de julgamento. Na segunda etapa, enfocamos o subsistema de engajamento e, portanto, analisamos como as avaliações de julgamento procuram persuadir o leitor.

Na sequência, apresentamos os resultados obtidos nas análises.

3 Resultados

As análises evidenciaram a predominância de julgamentos de Estima Social de capacidade negativa e a preferência pela Heteroglossia no editorial *Brincando com a Constituição*, publicado em 22 de janeiro de 2022 no jornal Estadão. Antes, porém, de descrever detalhadamente as análises das categorias semânticas de Julgamento e do Subsistemas de Engajamento, analisamos as variáveis do contexto de situação do editorial (campo, relações e modo), pois, de acordo com a LSF, todo texto é influenciado pelo contexto em que se insere. Assim, a análise contextual é importante para entender melhor os recursos linguísticos selecionados pelo autor.

A análise da variável campo mostrou que o texto apresenta avaliações e opiniões a respeito do comportamento de Bolsonaro, enquanto presidente da república, ao mesmo tempo que opina sobre uma medida de seu governo para tentar a diminuição do preço dos combustíveis. Em relação à variável relações, interagem no texto o editorialista e os leitores do

jornal, porém, como é característico do gênero editorial, o editorialista não assina nominalmente, pois expressa no texto a opinião do Estadão e não a sua. Por isso, é possível afirmar que o próprio jornal Estadão é um dos participantes envolvidos na interação, representado pela voz do editorialista. Entre os participantes há uma relação hierárquica em que o jornal/editorialista detém mais conhecimento sobre o assunto tratado no editorial e a distância social entre eles é máxima. Por fim, em relação à variável modo, o canal é gráfico, o meio é escrito e o texto é disponibilizado em uma plataforma digital, o *site* do jornal. A linguagem tem papel constitutivo e alto teor avaliativo.

A seguir, apresentamos análises detalhadas da categoria semântica de Julgamento e do Subsistema de Engajamento.

3.1 Análise das avaliações de julgamento

No editorial analisado, *Brincando com a Constituição*, foram encontradas doze ocorrências de julgamento, entre evocadas (subentendidas) e inscritas (explícitas), em relação ao comportamento do presidente Jair Bolsonaro. Também identificamos duas avaliações direcionadas ao ministro da economia, Paulo Guedes, e duas avaliações às pessoas que se opõem ao governo Bolsonaro, sendo uma delas a única avaliação positiva do texto. Dada a predominância de avaliações a respeito do presidente e o campo do texto evidenciado pela análise contextual, a descrição das análises focará nessas ocorrências.

Das avaliações de julgamento em relação a Bolsonaro, sete são de Estima Social de capacidade negativa, conforme exemplificam os fragmentos 1 e 2.

1	O País espera que ele assuma as funções da Presidência e comece, de fato, a governar.
2	Mas ele insiste em atuar como vereador que chegou ao cargo por acidente e quer se manter nele a qualquer custo.

No fragmento 1, há um julgamento evocado quanto à incapacidade do presidente de exercer sua função, pois está há quase quatro anos no cargo e, de acordo com o editorial, não começou a governar ainda. O fragmento 2 também apresenta um julgamento de capacidade negativa, dessa vez explícito, pois compara o comportamento do presidente ao de um vereador, sendo ele, portanto, inapto ao cargo que ocupa. Em alguns momentos, as avaliações são direcionadas ao governo de Bolsonaro, mas implicitamente o que está sendo avaliado é o próprio Bolsonaro, pois as ações do presidente são representadas como ações do governo e vice-versa.

3	[...] legado que sobreviverá ao fim do desgoverno .
---	--

O fragmento 3 exemplifica essa representação. Há um julgamento de capacidade negativa caracterizando o governo como um “não” governo, por meio do prefixo *des* e de uma nominalização que esconde uma ação, o ato de não governar, que, de acordo com o texto, é o que o presidente faz, não governa porque é incapaz de tal.

Além das ocorrências de capacidade negativa, que predominam no texto, há duas ocorrências de julgamentos de tenacidade que avaliam o presidente como não confiável, ou seja, não sendo possível contar com ele (MARTIN; WHITE, 2005) como exemplifica o fragmento 4.

4	Um presidente sério e comprometido jamais cogitaria abrir mão de uma arrecadação desse vulto para conceder um benefício de centavos à população.
---	---

No fragmento 4, o editorialista questiona a confiabilidade do presidente ao expor uma ação contraditória que traz prejuízos à nação, que não se espera de um presidente adequado. Assim ele provoca uma avaliação negativa quanto a Bolsonaro ser uma pessoa confiável ou não.

Predominam, no editorial, ocorrências de julgamentos de Estima Social, o que é previsível pelo próprio contexto do texto, porém identificamos duas ocorrências de julgamentos de Sanção Social do tipo Propriedade negativa, conforme mostram os fragmentos 5 e 6.

5	A destruição dos pilares da Constituição é um dos objetivos de Jair Bolsonaro.
---	---

6	Basta dríblar a lei inventando uma proposta de emenda à Constituição (PEC).
---	--

Nos fragmentos 5 e 6, o editorialista provoca os leitores a identificarem comportamentos antiéticos na conduta do presidente em relação ao documento que comporta o conjunto de normas jurídicas do país, a Constituição Federal. Em 5, ele é representado como alguém que quer acabar com a Constituição Federal, enquanto em 6, alguém que não chega a agir contra a lei, mas também não a segue com retidão.

Com a análise é possível afirmar que o editorial em questão avalia o presidente como incapaz, não confiável e antiético, dando maior destaque à incapacidade de exercer as funções do cargo que ocupa. A seguir, descrevemos a análise do subsistema de engajamento, que evidencia como o jornal/editorialista se relaciona com o leitor.

3.2 Análise do Subsistema de Engajamento

De acordo com Souza (2006, p. 64), como discutido anteriormente, o editorial é “um gênero específico usado pelos jornais e revistas para persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado”. Nesse sentido, a análise do Subsistema de Engajamento pode revelar as estratégias utilizadas pelo produtor textual para convencer seu público-alvo. Conforme as análises do contexto e da categoria semântica de julgamento evidenciaram, a opinião do produtor textual acerca do presidente Bolsonaro e sua estratégia para reduzir o preço dos combustíveis é negativa. Dessa forma, a partir da análise dos recursos de engajamento utilizados no texto, buscamos evidenciar de que forma o editorialista tenta convencer o leitor a aceitar sua opinião.

A análise mostrou que o texto é predominantemente Heteroglóssico, recorrendo à Monoglossia em momentos específicos. O autor opta por começar o texto com uma proposição Monoglóssica, ou seja, sem abrir espaço dialógico para discordância por parte do leitor, porém logo traz uma proposição Heteroglóssica, estabelecendo solidariedade com aqueles leitores que pudessem não concordar com a afirmação que inicia o texto. O fragmento 7 mostra o início do primeiro parágrafo do texto.

7	A destruição dos pilares da Constituição é um dos objetivos de Jair Bolsonaro (monoglossia). O País espera (expansão: atribuição reconhecimento) que ele assuma as funções da Presidência e comece, de fato, a governar. Mas (contração: refutação contraexpectativa) ele insiste em atuar como vereador que chegou ao cargo por acidente e quer se manter nele a qualquer custo.
---	---

No fragmento 7, o autor deixa seu posicionamento bem claro utilizando a Monoglossia, porém, logo em seguida ele abre seu discurso atribuindo um julgamento de competência negativa a uma voz externa, o País, ou seja, o autor e o leitor, os brasileiros. Dessa forma, ele mostra que a sua opinião é compartilhada por outros, e, assim, estabelece solidariedade com leitores que possivelmente não concordam com o conteúdo da proposição Monoglóssica. Na sequência, o conectivo *mas* sinaliza que Bolsonaro não apresenta a conduta que se espera de um presidente. Nesse fragmento, o autor inicia sem abertura dialógica com o leitor, pois não quer que sua opinião seja questionada, em seguida abre espaço para o diálogo por meio de expansão dialógica e mantém esse espaço, porém mais estreito, com a contração dialógica.

Além dessa estratégia de expor seu posicionamento com Monoglossia e logo abrir o discurso à Heteroglossia com proposições que fortalecem o posicionamento do autor, ele

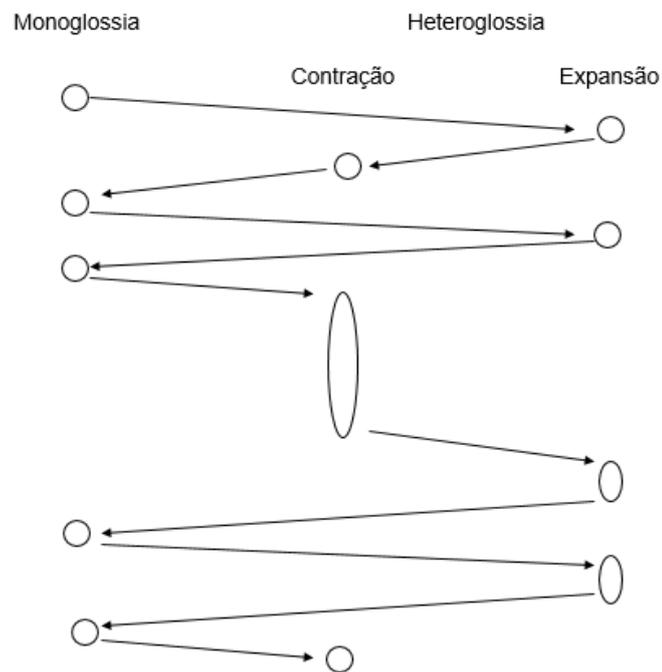
também utiliza a Monoglossia aliada à abertura do discurso de forma contraída, como no fragmento 8.

8	O custo dessa medida eleitoreira seria de ao menos R\$ 57 bilhões para os cofres públicos, quase o dobro dos R\$ 30,1 bilhões destinados ao Fundeb, valor que a União enviará a Estados e municípios neste ano para financiar a educação. A redução no preço dos combustíveis seria pífia, de menos de R\$ 0,20 por litro. Na conta de luz, os tributos federais não chegam a 5% (monoglossia). Um presidente sério e comprometido jamais (contração: refutação negação) cogitaria abrir mão de uma arrecadação desse vulto para conceder um benefício de centavos à população. Mas (contração: refutação contraexpectativa) esse cálculo jamais entrará na planilha de Bolsonaro, na qual a única conta que importa é a dos votos na urna.
---	---

Nesse fragmento, o autor traz dados numéricos, fatos, sem citar fonte alguma. Ele expõe essas informações como certas, de modo inquestionável, e não abre espaço para discordância. Logo após, abre o discurso para o diálogo com o leitor novamente, porém de forma contraída, esperando uma resposta de concordância do leitor às proposições que constrói. Assim, ao utilizar o recurso de refutação, ele espera que o leitor também esteja em desacordo.

No decorrer do editorial, o autor segue abrindo e fechando o discurso (Apêndice 2). Ou seja, intercalando momentos de Heteroglossia com momentos de Monoglossia. A Figura 2 representa o movimento discursivo entre monoglossia e heteroglossia que o editorialista percorre ao longo do texto.

Figura 2 - Posicionamento dialógico no editorial



Fonte: Autoria própria.

A figura 2 mostra que o autor se movimenta dinamicamente entre a Monoglossia e a Heteroglossia, porém posiciona-se mais vezes e em maiores porções de texto dentro da Heteroglossia. Um movimento recorrente foi a associação entre proposições Monoglóssicas seguidas de proposições expandidas e vice-versa. Essa é uma estratégia interessante para manter a solidariedade com o leitor em um texto que não é inteiramente Heteroglóssico e que, pelo próprio caráter opinativo, pode ter leitores não alinhados com as posições de valor defendidas no texto.

Com o esquema, também é possível perceber que o autor se posiciona de forma mais dinâmica no início e no final do texto, indo aos extremos dialógicos, e prefere manter o dialogismo contraído no meio dele. Dessa forma, ele mantém espaço dialógico, mas espera que os leitores estejam alinhados com seu posicionamento.

De forma geral, a análise evidenciou que, apesar de haver momentos monoglóssicos, o autor, majoritariamente, mantém espaço dialógico e é solidário com sua audiência. Nesse caso, a relação autor-leitor que o jornal Estadão estabelece é de concordância a partir de uma leitura complacente, isto é, que reforça os sentidos naturalizados (MARTIN; WHITE, 2005) pelo veículo comunicativo. Em outras palavras, o objetivo do Estadão é falar com os seus, brasileiros

da elite que entendem de economia e política e que não estão satisfeitos com as medidas do atual governo.

4 Considerações finais

Neste estudo, buscamos entender a construção avaliativa de julgamento em relação ao presidente da república e a relação dialógica entre autor-leitor em um editorial do jornal Estadão. Para isso, analisamos os recursos da categoria semântica de Julgamento e do Subsistema de Engajamento empregados no texto *Brincando com a Constituição*. A partir das análises, foi possível perceber que o editorial posiciona-se de forma negativa em relação à atuação do presidente em questões econômicas e espera que seus leitores concordem com esse posicionamento, estabelecendo uma posição de leitura complacente entre eles.

Para fins de análise, apresentamos as realizações de julgamento e engajamento de forma separada no texto, porém, é importante ressaltar que esses subsistemas realizam simultaneamente a Avaliatividade do texto. Assim, os significados avaliativos são realizados pelos três subsistemas de Avaliatividade em conjunto, um contribuindo e interferindo nas realizações de significado do outro. Por isso, em concordância com Martin e White (2005), consideramos que análises como a que realizamos, mesmo focalizando parcialmente os recursos avaliativos, demonstram que os significados de Avaliatividade “não operam como valores isolados, mas sim como elementos em complexos integrados de significado, onde o efeito retórico final é um artefato de quais significados foram escolhidos, em quais combinações e em quais sequências” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 159).

Referências

ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAR JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira (Org.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 99-112, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Linguística Sistêmico-Funcional para análise de discurso: um panorama introdutório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 90-107, 2009. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/1212/871>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

BARBARA, Leila; NININ, Maria Otília Guimarães. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trabalhos em Linguística*

Aplicada, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Brincando com a constituição. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan 2022. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,brincando-com-a-constituicao,70003957500>. Acesso em: 06 de março de 2021.

FIORIN, José. Luiz. O pathos do enunciatário. *Alfa Revista de Linguística*, v. 48, n.2, p. 69-78, 2004.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

HALLIDAY, Michael. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *An Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London: Arnold, 2014.

MARTIN, James Robert. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, Jim; WHITE, Peter. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: UFPE, 2006. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

NUNES, Glívia Guimarães. *O Estadão e a Presidente: o editorial como estratégia de avaliação*. 2014. 159F. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

VIAN JR., Orlando. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAR JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira (Org). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 99-112, 2010.

PIRES, Carolina Zeferino; DOMANSKI, Letícia. Engajamento sob o viés da Linguística Sistêmico Funcional em texto midiático: Análise de um artigo de opinião de Miriam Leitão. *Organon*, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 71-90, 2021.

Apêndice 1 - Análise do Subsistema de Atitude: Julgamento

ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE ATITUDE: JULGAMENTO

A destruição dos pilares da Constituição é um dos objetivos de Jair Bolsonaro (**Implícito sanção social: propriedade -**). O País espera que ele assuma as funções da Presidência e **comece**, de fato, a **governar** (**Implícito estima social: capacidade -**). Mas ele insiste em atuar como vereador que chegou ao cargo por acidente (**estima social: capacidade -**) e quer se manter nele a qualquer custo. O preço dos combustíveis, que afeta a maioria dos eleitores, é uma de suas obsessões (**Implícito estima social: capacidade -**). Para reduzi-lo à força, a ideia mais recente é mexer na Constituição. Bolsonaro anunciou que negocia zerar impostos sobre gasolina, diesel, etanol e energia para dar 'alívio' aos consumidores.

O custo dessa medida eleitoreira seria de ao menos R\$ 57 bilhões para os cofres públicos, quase o dobro dos R\$ 30,1 bilhões destinados ao Fundeb, valor que a União enviará a Estados e municípios neste ano para financiar a educação. A redução no preço dos combustíveis seria pífia, de menos de R\$ 0,20 por litro. Na conta de luz, os tributos federais não chegam a 5%. Um presidente sério e comprometido jamais cogitaria (**Implícito estima social: tenacidade -**) abrir mão de uma arrecadação desse vulto para conceder um benefício de centavos à população.

Mas esse cálculo jamais entrará na planilha de Bolsonaro, na qual a única conta que importa é a dos votos na urna.

Mudar as alíquotas de tributos federais é algo perfeitamente possível de ser feito por lei ou, em alguns casos, decreto. Mas há uma condição: é preciso elevar algum outro imposto para compensar a perda de arrecadação decorrente desse tipo de medida. Esse talvez seja o principal pilar da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo descumprimento implica crime de responsabilidade e, no limite, pode resultar até em impeachment. Isso não representa um empecilho ao *modus operandi* bolsonarista. Basta driblar a lei (**sanção social: propriedade -**) inventando uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Técnicos da área econômica seriam contrários à ideia, mas, segundo o Estadão, o claudicante ministro da Economia (**estima social: capacidade -**), Paulo Guedes, já deu sinais de que não será um obstáculo, desde que o prometido reajuste dos servidores seja cancelado e o fundo de amortização de preços dos combustíveis não seja criado. É provável que o desmoralizado Guedes (**estima social: tenacidade -**) perca nos três casos.

A causa da disparada dos combustíveis e da energia é outra. Além da subida do petróleo, que já pressiona os itens no mundo todo, há o efeito da enorme desvalorização do câmbio, causada pela instabilidade gerada pelo próprio governo (**Implícito estima social: capacidade -**).

Há ainda um mal disfarçado objetivo embutido na PEC: constranger os Estados a reduzir as alíquotas de ICMS sobre os dois itens à custa do esfacelamento da educação, da saúde e da segurança pública. Pela lógica bolsonarista, se o texto passar no Congresso e os Estados não adotarem as medidas, serão os vilões. Se a PEC não for aprovada, o bolsonarismo investirá na vitimização – a ideia segundo a qual o “sistema” não deixa o presidente governar (**estima social: capacidade -**).

As medidas anunciadas por Bolsonaro visam apenas a obter o mínimo de popularidade para não ser derrotado nas eleições já no primeiro turno. Nessa saga em que tudo é válido, a estratégia é transformar em inimigo (**estima social: capacidade -**) quem ainda se importa com o País (**estima social: capacidade +**).

Se tiver apoio da maioria dos deputados e senadores, a tal PEC elevará o déficit primário para R\$ 190 bilhões. Vencidos por um misto de ignorância e prepotência (estima social: capacidade -), não sobrou ninguém que tenha a coragem de enfrentar o presidente e dizer que imposto não causa aumento de preços, apenas compõe o valor final de cada produto. Tampouco há quem queira defender a maltratada Constituição de tanta instabilidade. Já foram 113 emendas constitucionais promulgadas desde 1988, das quais 15 sob a administração atual – e estamos apenas em janeiro de 2022 (Implícito estima social: normalidade -).

Não se deve ignorar a leviandade (estima social: tenacidade -) e a perenidade com que essas mudanças são aprovadas, legado que sobreviverá ao fim do desgoverno (estima social: capacidade -).

Apêndice 2 - Análise do Subsistema de Engajamento

ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE ENGAJAMENTO

A destruição dos pilares da Constituição é um dos objetivos de Jair Bolsonaro (**monoglossia**). O País espera (**expansão: atribuição reconhecimento**) que ele assuma as funções da Presidência e comece, de fato, a governar. Mas (**contração: refutação contraexpectativa**) ele insiste em atuar como vereador que chegou ao cargo por acidente e quer se manter nele a qualquer custo. O preço dos combustíveis, que afeta a maioria dos eleitores, é uma de suas obsessões (**monoglossia**). Para reduzi-lo à força, a ideia mais recente é mexer na Constituição. Bolsonaro anunciou (**expansão: atribuição reconhecimento**) que negocia zerar impostos sobre gasolina, diesel, etanol e energia para dar 'alívio' aos consumidores.

O custo dessa medida eleitoreira seria de ao menos R\$ 57 bilhões para os cofres públicos, quase o dobro dos R\$ 30,1 bilhões destinados ao Fundeb, valor que a União enviará a Estados e municípios neste ano para financiar a educação. A redução no preço dos combustíveis seria pífia, de menos de R\$ 0,20 por litro. Na conta de luz, os tributos federais não chegam a 5% (**monoglossia**). Um presidente sério e comprometido jamais (**contração: refutação negação**) cogitaria abrir mão de uma arrecadação desse vulto para conceder um benefício de centavos à população.

Mas (**contração: refutação contraexpectativa**) esse cálculo jamais entrará na planilha de Bolsonaro, na qual a única conta que importa é a dos votos na urna.

Mudar as alíquotas de tributos federais é algo perfeitamente possível (**contração: ratificação expectativa confirmada**) de ser feito por lei ou, em alguns casos, decreto. Mas (**contração: refutação contraexpectativa**) há uma condição: é preciso elevar algum outro imposto para compensar a perda de arrecadação decorrente desse tipo de medida. Esse talvez seja o principal pilar da Lei de Responsabilidade Fiscal (**contração: ratificação endosso**) (LRF), cujo descumprimento implica crime de responsabilidade e, no limite, pode resultar até em impeachment. Isso não (**contração: refutação contraexpectativa**) representa um empecilho ao *modus operandi* bolsonarista. Basta driblar a lei inventando uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Técnicos da área econômica seriam contrários à ideia, mas (**contração: refutação contraexpectativa**), segundo o Estadão (**expansão: atribuição reconhecimento**), o claudicante ministro da Economia, Paulo Guedes, já deu sinais de que não será um obstáculo, desde que o prometido reajuste dos servidores seja cancelado e o fundo de amortização de preços dos combustíveis não seja criado. É provável que (**expansão: entretenimento**) o desmoralizado Guedes perca nos três casos.

A causa da disparada dos combustíveis e da energia é outra. Além da subida do petróleo, que já pressiona os itens no mundo todo, há o efeito da enorme desvalorização do câmbio, causada pela instabilidade gerada pelo próprio governo (**monoglossia**).

Há ainda um mal disfarçado objetivo embutido na PEC: constranger os Estados a reduzir as alíquotas de ICMS sobre os dois itens à custa do esfacelamento da educação, da saúde e da segurança pública. Pela lógica bolsonarista (**expansão: atribuição distanciamento**), se o texto passar no Congresso e os Estados não adotarem as medidas, serão os vilões. Se a PEC não for aprovada, o bolsonarismo investirá na vitimização – a ideia segundo a qual o “sistema” não deixa o presidente governar.

As medidas anunciadas por Bolsonaro (**expansão: atribuição distanciamento**) visam apenas a obter o

mínimo de popularidade para não ser derrotado nas eleições já no primeiro turno. Nessa saga em que tudo é válido, a estratégia é transformar em inimigo quem ainda se importa com o País ([monoglossia](#)).

Se tiver apoio da maioria dos deputados e senadores, a tal PEC elevará o déficit primário para R\$ 190 bilhões. Vencidos por um misto de ignorância e prepotência, não sobrou ninguém que tenha a coragem de enfrentar o presidente e dizer que imposto não causa aumento de preços, apenas compõe o valor final de cada produto. Tampouco há quem queira defender a maltratada Constituição de tanta instabilidade. Já foram 113 emendas constitucionais promulgadas desde 1988, das quais 15 sob a administração atual – e estamos apenas em janeiro de 2022.

Não se deve ([contração: negação](#)) ignorar a leviandade e a perenidade com que essas mudanças são aprovadas, legado que sobreviverá ao fim do desgoverno.

Recebido em 28 de março de 2022

Aceito em 03 de outubro de 2022